

A BILIONÁRIA E INEFICIENTE ENGRENAGEM DO CAOS

O Brasil fechou 2025 com uma marca que deveria causar calafrios em qualquer gestor minimamente responsável: a dívida bruta do governo bateu os R\$ 10 trilhões. É um número astronômico, equivalente a quase 80% do PIB. Mas, enquanto o país real tenta equilibrar as contas, Brasília parece viver em um banquete de lucros imaginários. A ordem do dia não é eficiência, é o inchaço. Mas o “gestor” do Brasil e muito menos sua trupe aboletada na Esplanada dos Ministérios e pendurada nas estatais, não parecem se preocupar com isso, ao contrário.

Os números não mentem, embora o governo tente maquiá-los. Encerramos o ano com 579 mil funcionários públicos na ativa. Só no último ano, foram 4.140 novas contratações. E a conta chegou com o peso de uma bigorna: R\$ 407,9 bilhões gastos apenas com a folha de pagamento. É o maior valor em quatro anos, um salto real que ignora qualquer tentativa de responsabilidade fiscal.

Mas o que realmente assusta é o apetite para o futuro. Mesmo diante desse cenário de terra arrasada, o governo já carimbou a autorização para mais de 50 mil vagas no governo federal para 2026, entre novos concursos e convocações. Em vez de modernizar processos ou investir em tecnologia que reduza a burocracia, a solução escolhida é o método antigo: empilhar cargos, aumentar a folha e garantir que a engrenagem do “companheirismo” continue lubrificada e o exército de cabos eleitorais esteja motivado para a campanha eleitoral.

E não adianta chorar, eles não vão desviar o caminho do abismo fiscal. A ministra da Gestão, Esther Dweck, classifica qualquer tentativa de reforma administrativa como uma “punição” ao servidor. É uma inversão de valores perversa. Punir o servidor seria exigir produtividade? Punir o servidor seria ajustar a máquina à realidade financeira do povo que a sustenta? A verdadeira punição é imposta ao brasileiro que paga um dos impostos mais altos do mundo e recebe em troca um Estado que gasta 72 bilhões de reais apenas para “funcionar” — o maior custo administrativo desde 2016.

O governo Lula 3 decidiu apostar no modelo que faliu o país no passado: o Estado como grande empregador e motor da economia. O problema é que esse motor está fundindo. Inchar a máquina pública não melhora o serviço na ponta; melhora apenas a vida de quem consegue um crachá no setor público e amplia o exército de cabos eleitorais para ajudar na manutenção do projeto de poder. Para o cidadão comum, o que sobra é a fila no INSS, a saúde precária e a certeza de que ele está trabalhando cinco meses por ano apenas para manter os privilégios de uma casta que se recusa a apertar o cinto.

Enquanto o governo federal contrata, reajusta e gasta o dinheiro do contribuinte como se não houvesse amanhã, o amanhã já chegou — com juros altos, endividamento recorde e um povo exaurido. Nas mãos da esquerda, o Estado brasileiro não cresce para servir ao povo; ele cresce para se servir do povo. Quando um projeto de poder suplanta o projeto de nação, alimentamos um monstro insaciável: quanto mais come, mais fome tem. E esse monstro não se contenta com o suor do contribuinte — ele devora o futuro dos filhos dele também.

A engrenagem do caos segue girando, lubrificada por promessas e cargos, e se não houver um basta, o Brasil inteiro vai parar de girar com ela.

Temos uma chance de mudar isso em outubro.

- **Estado inchado:** Máquina pública cresce em cargos, salários e gastos enquanto dívida e ineficiência avançam.
- **Fiscal sem freio:** Endividamento recorde, juros altos e custo administrativo crescente corroem o futuro econômico.
- **Projeto de poder:** Empreguismo estatal e resistência a reformas sustentam cabos eleitorais e privilégios.

